
As tribos maffesolianas das mães de pessoas com deficiências: mediação da informação, imaginário social e pertencimento nas redes sociais digitais

Flávia Moraes Moreira Barros
flaviamoraesmoreira@gmail.com

Claudio Paixão Anastácio de Paula
claudiopap@hotmail.com

Resumo

Este ensaio teórico-reflexivo analisa a formação de agrupamentos digitais de mães de pessoas com deficiências à luz do conceito de tribos, de Michel Maffesoli, articulando-o a noções centrais da Ciência da Informação, como mediação informacional, regimes de informação e imaginário social. O objetivo é compreender como as redes sociais digitais operam como espaços de produção de pertencimento simbólico, circulação de sentidos e disputa de narrativas sobre a deficiência. Argumenta-se que, nesses ambientes, mães assumem papel ativo na mediação informacional, tensionando discursos hegemônicos e contribuindo para a reconfiguração do imaginário social sobre a deficiência por meio da visibilidade digital. Contudo, sustenta-se que o pertencimento e a rede de apoio construídos online não se convertem, necessariamente, em suporte material ou redistribuição do trabalho de cuidado, evidenciando limites estruturais que extrapolam o ambiente digital. Conclui-se que as redes sociais, ao mesmo tempo em que ampliam a mediação informacional e a produção de reconhecimento simbólico, também expõem lacunas nas políticas públicas e nas formas institucionais de apoio às mães de pessoas com deficiências. O estudo sugere a necessidade de investigações empíricas futuras que articulem pertencimento digital, mediação informacional e condições concretas de cuidado.

Palavras-chave: tribos digitais; mediação da informação; regimes de informação; imaginário social; maternidade atípica.

The Maffesolian tribes of mothers of people with disabilities: information mediation, social imaginary, and belonging in digital social networks

Abstract

This theoretical-reflective essay analyzes the formation of digital groupings of mothers of people with disabilities through the lens of Michel Maffesoli's concept of tribes, articulating it with central notions from Information Science, such as information mediation, information regimes, and the social imaginary. The aim is to understand how digital social networks operate as spaces for the production of symbolic belonging, the circulation of meanings, and the contestation of narratives surrounding disability. It is argued that,

within these environments, mothers assume an active role in information mediation, challenging hegemonic discourses and contributing to the reconfiguration of the social imaginary of disability through digital visibility. However, the study contends that the sense of belonging and the support networks built online do not necessarily translate into material support or the redistribution of care work, thereby revealing structural limitations that extend beyond the digital environment. It concludes that social networks, while expanding information mediation and the production of symbolic recognition, also expose gaps in public policies and institutional forms of support for mothers of people with disabilities. The study suggests the need for future empirical investigations that articulate digital belonging, information mediation, and the concrete conditions of care.

Keywords: digital tribes; information mediation; information regimes; social imaginaries; atypical motherhood.

1 INTRODUÇÃO

O famoso provérbio africano “É preciso uma aldeia para educar uma criança”, de autoria e data desconhecida, remete à necessidade do esforço conjunto dos pais, das famílias, das escolas, das instituições de saúde e do poder público (enquanto produtor de políticas públicas) para a formação de um ser humano.

Em um contexto pós-moderno, no entanto, muitos destes espaços, que antes eram ocupados de forma presencial, foram substituídos pelos meios digitais, modificando as configurações de atuação destes grupos. Na concepção do sociólogo francês Michel Maffesoli (2016), as antigas aldeias podem ser compreendidas como agrupamentos afetivos, as “tribos”, que funcionam como estruturas de pertencimento que organizam emoções, práticas cotidianas e formas de identificação, frequentemente reforçadas pelas mídias digitais que exploram habilmente as indignações coletivas. É o que ele chama de “lei dos irmãos”, “onde o saber coletivo e os rituais aferentes a esse saber entram em interação para constituir a solidez do elo social” (Maffesoli, 2016, p. 201-202).

O conceito das tribos (Maffesoli, 2016) pode ser associado a diversos grupos, entre eles, às realidades vividas por mães de pessoas com deficiências. Muitas vezes sem apoio de políticas públicas (Souza, 2022; Viana; Benicasa, 2023 e Melo *et al.*, 2025), estas mulheres veem nas redes sociais digitais um espaço de troca (Gama, 2019; Souza, 2025). No contexto da pós-modernidade, este trabalho busca olhar para as trocas informacionais em redes sociais digitais entre mães de pessoas com deficiências.

Sob a ótica da Ciência da Informação (CI), compreender a atuação de influenciadore(a)s e comunidades digitais também implica reconhecer processos de mediação da informação. Segundo Santos Neto e Almeida Júnior (2015), a mediação é, essencialmente, uma ação de interferência que ocorre quando sujeitos, intencionalmente ou não, transformam, reinterpretam e reconfiguram a informação antes de sua apropriação pelo usuário, moldando formas de pertencimento e sentidos coletivos. De modo complementar, Perroti e Pieruccini (2007) destacam que agentes e dispositivos culturais também exercem funções mediadoras, favorecendo práticas de compartilhamento, reconhecimento e aprendizagem coletiva. Assim, entende-se que os perfis desenvolvidos por mães de pessoas com deficiências em redes sociais digitais atuam não apenas como espaço de publicação de conteúdos, mas como ambiente de mediação, pelos quais as mães podem reelaborar suas experiências à luz das interações da “tribo”.

Dessa forma, compreender como os sujeitos utilizam as redes sociais digitais torna-se particularmente relevante para a CI, uma vez que essas plataformas estruturam práticas de busca, mediação, circulação e apropriação informacional que influenciam diretamente a construção das tribos.

Parte-se, neste ensaio, da tese de que as redes sociais digitais funcionam como espaços de mediação da informação que favorecem a constituição de tribos afetivas entre mães de pessoas com deficiências, produzindo pertencimento simbólico e circulação de sentidos, ainda que com limites concretos no apoio material e cotidiano.

Propõe, então, uma reflexão teórica sobre as relações de mediação da informação estabelecidas entre mães de pessoas com deficiências em redes sociais digitais, buscando compreender de que modo essas interações contribuem para a construção, o fortalecimento e os limites de pertencimentos coletivos no ambiente digital.

Este trabalho, portanto, configura-se como um ensaio teórico-reflexivo, de natureza qualitativa, que articula contribuições da Ciência da Informação, da Sociologia do Imaginário e dos estudos sobre redes sociais digitais para refletir sobre os processos de mediação da informação entre mães de pessoas com deficiências em ambientes digitais, à luz do conceito maffesoliano de tribos.

2 MÃES DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIAS NAS REDES SOCIAIS DIGITAIS

As redes sociais digitais podem ser compreendidas, conforme argumenta Recuero (2024), como ecossistemas informacionais nos quais operam continuamente fluxos de conversação, visibilidade e circulação simbólica. Esses ambientes não apenas viabilizam interações, mas também configuram formas específicas de sociabilidade, influenciando a maneira como sujeitos constroem sentidos coletivos, reforçam laços de pertencimento e expressam emoções compartilhadas. Sob essa perspectiva, as plataformas digitais constituem espaços privilegiados para a observação de dinâmicas afetivas e informacionais contemporâneas.

Nesse contexto, dados apresentados por Mokarin (2023) permitem refletir sobre o lugar ocupado pelas redes sociais digitais na experiência da maternidade atípica. Ao serem indagadas sobre os principais meios de apoio durante essa jornada, mães de crianças diagnosticadas com o Transtorno do Espectro Autista (TEA) apontaram os grupos em redes sociais como o principal espaço de suporte (37,3%). Em seguida, 22,7% relataram não contar com nenhum tipo de apoio, enquanto equipamentos de saúde (14,9%), escola (10,6%), associações (4,6%), igrejas (4,4%), equipamentos sociais (3,5%) e universidade (1,9%) aparecem com percentuais significativamente menores. Esses dados sugerem, ainda que de forma indireta, que os vínculos estabelecidos em ambientes digitais assumem centralidade frente à fragilidade ou insuficiência de redes de apoio presenciais, aspecto que dialoga com a leitura proposta por Recuero (2024) acerca da força dos laços construídos online.

A literatura também tem reconhecido a relevância da internet como espaço de convívio e troca para mães de pessoas com deficiências (Silva, 2022; Souza, 2025). Considerando o acúmulo de demandas cotidianas que essas mulheres têm, as interações mediadas pelas tecnologias digitais parecem oferecer possibilidades de encontro e compartilhamento que dificilmente se realizariam de modo presencial. Além disso, tais ambientes ampliam o alcance das trocas, conectando pessoas de diferentes localidades e rompendo limitações geográficas que, historicamente, restringiam o acesso ao suporte entre pares.

Essas práticas podem ser interpretadas à luz do comportamento informacional. Para Wilson (1999), esse comportamento envolve necessidades, motivações e barreiras que orientam a busca e o uso da informação em situações concretas da vida cotidiana. No caso das mães atípicas, marcadas por incertezas e pela escassez de apoio institucional ou comunitário, as redes sociais digitais tendem a se configurar como ambientes que facilitam o acesso à informação e o compartilhamento de experiências, funcionando como recursos informais de orientação e aprendizagem.

Savolainen (1995) destaca que, diante de “*life problems*”, os indivíduos frequentemente recorrem a estratégias informais de busca de informação, ancoradas na experiência cotidiana e na troca entre pares. De modo complementar, Dervin (1992) argumenta

que os sujeitos constroem sentidos para atravessar lacunas informacionais, elaborando compreensões a partir de narrativas e relatos que lhes permitem lidar com situações de incerteza. Nessa direção, o uso das redes sociais digitais por mães atípicas pode ser interpretado como uma estratégia de orientação informacional que articula suporte emocional, validação simbólica e acesso a conhecimentos especializados, mediados pela experiência compartilhada.

A centralidade dessas relações torna-se ainda mais significativa quando se considera o volume de responsabilidades que recai sobre as mães de pessoas com deficiências. Na maioria dos casos, elas assumem o papel de principais cuidadoras, o que as expõe a quadros recorrentes de depressão, estresse, fadiga e exaustão (Silva *et al.*, 2019; Godoi, 2023; Vale *et al.*, 2025). Nesse cenário, os agrupamentos formados em redes sociais digitais podem ser interpretados como comunidades informacionais, entendidas como coletividades organizadas em torno de necessidades, práticas e trocas de informação — noções que dialogam tanto com o conceito de comunidades virtuais (Schlager; Fusco; Schank, 2002) quanto com o de comunidades de prática (Rocha; Duarte; Paula, 2017). Nesses espaços, os laços se estruturam simultaneamente pela identificação emocional e pelo compartilhamento de experiências e informações relevantes para a vida cotidiana.

Os ambientes virtuais potencializam essas conexões ao aproximar sujeitos que, provavelmente, não se encontrariam presencialmente ou que demandariam um tempo maior para estabelecer relações de confiança. Nesse sentido, Silva; Luciano; Côrtes (2023, p. 4) destacam que as interações mediadas pelas redes sociais digitais possibilitam “o aumento e diversificação dos fluxos informacionais, culminando assim, na contestação” de padrões e normas sociais, aspecto particularmente relevante no contexto da maternidade atípica.

A contestação desses padrões está diretamente relacionada ao enfrentamento do capacitismo, compreendido como uma concepção que associa as pessoas com deficiências à incompletude ou como inferiores em relação às pessoas sem deficiências (*Cambridge Dictionary*, 2025). Tal perspectiva pode ser entendida como “uma forma de opressão que define o indivíduo pela crença de que pessoas com deficiências são incapazes de realizar diferentes atividades, uma vez que possuem corpos ou mentes fora do padrão aceito como normal” (Lage; Lunardelli; Kawakami, 2023).

No contexto brasileiro, a Lei Brasileira de Inclusão (LBI), instituída em julho de 2015, representa um marco jurídico no combate ao capacitismo, ao regulamentar a “materialização de diferentes tipos de inclusão” (Rocha; Oliveira, 2022) e assegurar direitos fundamentais, como o direito à vida, à saúde, à educação, à moradia e ao trabalho, entre outros. Ainda assim, estudos como o de Melo e Silva (2025, p. 2229), desenvolvidos com mães de crianças autistas, apontam para uma “lacuna entre os direitos formalmente assegurados e a realidade vivenciada”, revelando uma omissão estatal que contribui para a ampliação das desigualdades e do sofrimento dessas mulheres.

Diante desse cenário, a literatura tem indicado a necessidade de políticas públicas que ofereçam suporte psicológico às mães de pessoas com deficiências (Melo; Silva, 2025), de modo a reduzir as lacunas existentes e criar espaços de cuidado que não se restrinjam às redes sociais digitais. Essas reflexões reforçam a importância de compreender as plataformas digitais não como substitutas das políticas públicas, mas como espaços simbólicos e informacionais que, embora relevantes, convivem com limites estruturais no apoio cotidiano e material às mães atípicas.

3 TRIBOS PÓS-MODERNAS: SOLIDARIEDADE TECNOLÓGICA

O sociólogo francês Michel Maffesoli defende que a pós-modernidade teve início em meados do século XX, após a queda da modernidade. Para ele, cada época é marcada por um tripé que constrói a vida social, sendo a modernidade marcada pelo individualismo, pelo racionalismo e pelo progressismo (Bosi, 2024).

Na pós-modernidade, este tripé sofre alterações e, na visão do autor, é reconfigurado para: coletivo, emocional e presenteísmo. Ou seja, valores tradicionais como o tribalismo, o cotidiano e a mitologia voltam a ocupar espaço central na sociedade (Maffesoli, 2016), em diferentes configurações.

A constituição das tribos favorece a heterogeneidade, oposta ao ideal de homogeneização moderna, promovendo a "reafirmação da diferença, dos diversos localismos, das especificidades das línguas e das culturas, das reivindicações étnicas, sexuais, religiosas, dos vários agrupamentos em torno de uma origem comum, real ou mitificada" (Maffesoli, 2010b, p. 34). Nesse sentido, a noção de tribo oferece uma chave interpretativa fecunda para pensar formas contemporâneas de agregação social, ainda que demande cuidados analíticos em sua aplicação.

Complementarmente, embora potente, a noção de tribo não está isenta de críticas, especialmente quando aplicada a contextos digitais marcados por assimetrias de classe, gênero e acesso tecnológico. Ainda assim, enquanto metáfora sociológica, ela permite compreender formas contemporâneas de pertencimento afetivo e circulação simbólica.

No século XXI, o desenvolvimento das tecnologias digitais — especialmente as plataformas de redes sociais digitais — reconfigura profundamente as manifestações contemporâneas do coletivo, do emocional e do presenteísmo, produzindo novas formas de sociabilidade e de circulação simbólica. Para o autor, a internet potencializa "sentimentos fundantes do ser humano", favorecendo a identificação entre grupos de forma "eletiva, empática e momentânea, as chamadas tribos" (Gomes, 2024, p. 191) e a instalação de uma nova ordem da comunicação (Maffesoli, 2010b).

Assim,

Maffesoli argumenta que as tribos são uma resposta natural à busca de conexões e significado em um mundo cada vez mais complexo e fragmentado. Ele vê as tribos como uma forma de reintroduzir elementos emocionais e simbólicos na vida cotidiana, proporcionando aos indivíduos um senso de pertencimento e identidade que pode estar ausente em sociedades mais individualizadas (Pereira; Lins, 2024, p. 246)

Para Maffesoli (2010a), a constituição dos corpos tribais celebra o estar junto a partir do compartilhamento de emoções e do desenvolvimento do sentimento de pertença. Na pós-modernidade, especificamente, estes grupos permitem a celebração de uma solidariedade arcaica que passa a ter apoio dos aparatos tecnológicos, permitindo "aos internautas tecer os laços, trocar ideias e sentimentos, paixões, emoções e fantasmas" (Maffesoli, 2010a, p. 8).

Para Maffesoli, "o compartilhamento de imagens no ciberespaço promove o simbolismo generalizado e mantém a tribo unida" (Gomes, 2024, p. 191). Ele reconhece, portanto, que os grupos formados em redes sociais, em fóruns de discussão e em *blogs* são novos tipos de tribos urbanas, e que a existência destas mídias favorece a mediação e a interação entre os indivíduos (Sayuri, 2014).

4 MEDIAÇÃO DA INFORMAÇÃO NOS MEIOS DIGITAIS

A prática da mediação da informação antecede em muito sua formulação conceitual no campo da Biblioteconomia e da Ciência da Informação. Conforme destacam Arruda e Oliveira (2017, p. 219), já nas bibliotecas da Antiguidade (4.000 a. C. – 476 d. C.), ainda que a preservação dos documentos fosse a preocupação central, "já se previa que, em algum momento, aconteceria o encontro do leitor com aquela informação armazenada", sendo essa expectativa a motivação para a guarda dos registros. No plano teórico, entretanto, as primeiras discussões sistematizadas emergem apenas no século XX, quando, em 1935, José Ortega y Gasset, no discurso "A Missão do Bibliotecário", inaugura uma reflexão que passa a reconhecer explicitamente o bibliotecário como agente mediador entre os registros do conhecimento e seus leitores (Santos Neto, 2019).

O conceito, no entanto, não foi uma criação da BCI, tendo suas origens no Direito e na Comunicação (Brandão; Borges, 2022). Na área jurídica, entendia-se o mediador como aquele indivíduo que gerenciava conflitos (Arruda; Oliveira, 2017), enquanto, na Comunicação, os primeiros estudos teóricos tiveram dois vieses: buscaram compreender a partir de uma preocupação ética o papel dos meios de comunicação (mediadores) sobre as pessoas e tiveram “um interesse de cunho instrumental, por parte do meio político e empresarial, voltado para a eficácia no uso dos meios na obtenção de objetivos pretendidos” (França; Simões, 2016, p. 45).

Martins e Marteleto (2021) defendem que a mediação foi incorporada ao quadro teórico da Ciência da Informação a partir da contribuição de três momentos de discussões conceituais, que são:

1) Emergência de uma “epistemologia social da informação”, conceito desenvolvido por Margareth Egan e Jesse Shera em 1952, o qual “procura estudar como uma pessoa adquire conhecimento de outra em contextos sociais” (Marteleto, 2015, p. 11).

2) Atividades dos intelectuais europeus ligados à “Nova Esquerda” nas décadas de 1950 e 1960, “marcada por um conjunto inédito de relações entre os sujeitos e os “objetos” da pesquisa”. Neste contexto, destaca-se o trabalho do filósofo Antonio Gramsci (1891-1937), que discutiu a constituição da hegemonia partindo do pressuposto que “os meios de comunicação e as tecnologias não eram estudados como meros instrumentos de manipulação e controle da classe dirigente, mas como agentes da reprodução cultural” (Almeida, 2007, p. 5).

3) Influência do antropólogo e filósofo Jesús Martín-Barbero (1937-2021), que desenvolveu uma teoria em que desloca a “pesquisa centrada nos meios de massa para as mediações” (Arruda; Oliveira, 2017, p. 221)

Em 1973, o bibliotecário estadunidense Jesse Shera reafirma a função descrita para os bibliotecários por Ortega e efetivamente utiliza o termo mediador para descrever o papel deste profissional. Para ele, os bibliotecários medeiam as relações entre o homem e o livro, sendo o livro compreendido de forma mais ampla, incluindo “todos os registros gráficos, cabendo-lhe a responsabilidade especial de atuar nessa complexa associação entre o registro e a mente humana” (Shera, 1973, p. 88).

A partir dos estudos realizados sobre mediação da informação ao longo das décadas, Silva (2009, p. 76) questiona a falta de “apropriação crítica” do conceito da mediação nos estudos da CI. Para ele, muitas das pesquisas ainda são desenvolvidas a partir dos conceitos propostos pela Comunicação. Davallon (2003), por exemplo, ao analisar o “sucesso” do termo nos anos de 1993 a 2003, o faz de forma concomitante aos estudos desenvolvidos pela Comunicação. Diante desta percepção, Silva (2009, p. 76) sugere, então, uma “adequação do conceito aos problemas e aos casos específicos” do campo da CI.

Um dos autores que demonstra este esforço em seus trabalhos é Almeida Júnior (2009). Para ele, a mediação é um processo histórico-social presente em todas as tarefas do profissional da informação. Às vezes de forma implícita, às vezes de forma explícita, ele defende que a efetivação da mediação “não é um recorte de tempo estático e dissociado de seu entorno. Ao contrário: resulta da relação dos sujeitos com o mundo” (Almeida Júnior, 2009, p. 92).

Compreendida dessa forma, a mediação da informação deixa de ser uma prática circunscrita a agentes institucionais ou a momentos específicos de interação e passa a se configurar como um processo distribuído, no qual múltiplos sujeitos, tecnologias e contextos participam da construção e da circulação informacional. Em ambientes digitais, essa distribuição torna-se ainda mais evidente, uma vez que usuários assumem, simultaneamente, os papéis de produtores, mediadores e receptores de informação, diluindo fronteiras tradicionais entre emissão, mediação e apropriação.

Feitosa (2016) também destaca a relevância da reação do receptor/usuário nesta dinâmica, reconhecendo que não deve haver uma supremacia do sistema de informação. Para o autor, a mediação corresponde a um “processo semiótico de construção de sentidos e de múltiplas facetas mediativas”. Ele destaca, ainda, a necessidade de “esclarecimentos

epistemológicos” que não aprisionem “o conceito no âmbito da informação, como se mediação não fosse ela mesma um fenômeno gregário da cultura”.

A partir dessa perspectiva, a mediação da informação pode ser compreendida não apenas como um conjunto de ações intermediárias entre informação e usuário, mas como um processo de produção de sentidos. Ao mediar, sujeitos e dispositivos não se limitam a transmitir conteúdos, mas participam ativamente da construção de significados, valores e interpretações socialmente compartilhadas. Essa dimensão torna-se particularmente relevante em ambientes digitais, nos quais a informação circula articulada a narrativas, afetos e experiências que conferem sentido às vivências cotidianas.

Também com estudos voltados para uma melhor utilização do conceito pela Ciência da Informação, Almeida (2008, p. 3) descreve algumas possibilidades de uso para a mediação da informação, mas não acredita que é possível uma definição consensual sobre o termo:

A idéia de mediação envolve coisas muito diferentes entre si, que abarcam desde as velhas concepções de ‘atendimento ao usuário’ passando pela atividade de um agente cultural em uma dada instituição – museu, biblioteca, arquivo, centro cultural – até a construção de produtos destinados a introduzir o público num determinado universo de informações e vivências (arte, educação, ecologia, por exemplo), chegando à elaboração de políticas de capacitação ou de acesso às tecnologias de informação e comunicação.

Ao relacionar os estudos de usos e usuários ao conceito de mediação, Sirihal Duarte (2011, p. 787) identifica que “por trás do conceito de mediação informacional está a satisfação das necessidades informacionais dos indivíduos”. Os estudos das necessidades informacionais são vistos pela autora como um “excelente instrumento de trabalho para os mediadores de informação”. Os mediadores, para ela, passam a ter um desafio ainda maior à medida em que os novos suportes tecnológicos se inserem com maior frequência na vida das pessoas, concedendo mais autonomia aos usuários.

Assis e Paula (2024, p. 7) entendem as ferramentas tecnológicas enquanto potenciais “dispositivos auxiliares no processo de mediação informacional”, enquanto Silva; Luciano; Côrtes (2024) reconhecem as redes sociais, como o *Instagram*, enquanto facilitadoras da comunicação e propiciadoras do compartilhamento de informações, assumindo um relevante espaço para “mediação e apropriação de conhecimento, dando oportunidade para que grupos e pessoas colocados à margem dos fluxos informacionais hegemônicos consigam ressignificar suas vivências e contextos sociais” (Silva; Luciano; Côrtes, 2024, p. 3).

Nesse contexto, as redes sociais digitais podem ser compreendidas como espaços privilegiados de mediação informacional enquanto prática simbólica. Nessas plataformas, a mediação ocorre por meio da circulação de imagens, narrativas, relatos pessoais e interações afetivas, que não apenas informam, mas produzem visões compartilhadas sobre o mundo. A mediação, nesse sentido, articula informação, imaginário e pertencimento, configurando processos de ressignificação que ultrapassam a dimensão técnica do acesso e alcançam o plano cultural e simbólico das experiências sociais.

Percebe-se, assim, a relevância das redes sociais digitais enquanto espaços de mediação que podem favorecer a visibilidade de causas que, até então, tiveram pouco ou nenhum espaço em mídias tradicionais. É o caso da vida das mães de crianças com deficiências, que, muitas vezes, modificam suas rotinas e passam por isolamento social para exercer uma rotina de cuidado: sem serem vistas e esquecidas pelo poder público e pela sociedade em geral, principalmente quando apresentam uma realidade socioeconômica mais desafiadora, estas mulheres podem ter nas redes sociais digitais um espaço para desabafar suas dores.

5 MEDIAÇÃO INFORMACIONAL E AS TRIBOS DAS MÃES DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIAS

Essas dinâmicas podem ser compreendidas à luz do conceito de “regime de informação”, conforme discutido por González de Gómez (2013) e firmado como um tema caro à CI por Ramos-Carvalho *et al.* (2021). Um regime de informação envolve os arranjos sociais, políticos e tecnológicos que determinam quais atores detêm autoridade discursiva, quais informações circulam com maior legitimidade e como certos discursos sobre saúde, maternidade e deficiência tornam-se hegemônicos ou contestados. Assim, as mães que se comunicam por redes sociais digitais operam simultaneamente dentro e contra esses regimes, ao tensionar discursos institucionais e afirmar narrativas situadas provenientes da vivência das mães.

Diferentemente de um período de ideias homogeneizadas e individualistas, a pós-modernidade trouxe o reaparecimento de tribos que marcam uma postura de tédio e, mais do que isso, de revolta com a uniformização: para além do capacitismo, em que é instituído um padrão para os indivíduos e os “diferentes” são rechaçados, o mundo pós-moderno incentiva um movimento de valorização e de reconhecimento das pessoas com deficiências enquanto indivíduos com vontades próprias, com direitos e singularidades inerentes a qualquer ser humano.

Maffesoli (2010a) defende que o uso da razão defendida pelos modernistas tem como principal motivação a manutenção dos mesmos homens no poder. “Essas tribos, não são elas a expressão da figura do bárbaro que, regularmente, retorna a fim de fecundar um corpo social, um pouco debilitado?” (Maffesoli 2010a, p. 6). No caso, a debilitação de um corpo social que exclui e presume incompetência de pessoas com deficiências.

À luz dessas dinâmicas tribais e comunicacionais, o imaginário social pode ser concebido como um lugar de produção simbólica, no qual sentidos, valores e representações são continuamente elaborados, compartilhados e transformados. Conforme aponta Silva (2003; 2024), o imaginário não se reduz a um conjunto de imagens ou crenças, mas constitui um sistema de significações que organiza o modo como os sujeitos percebem a si mesmos e aos outros. Trata-se, portanto, de um espaço dinâmico de construção de sentido, no qual experiências individuais ganham forma coletiva e passam a orientar práticas, afetos e modos de ver o mundo.

Nesta luta por mais oportunidades, as tribos ganham força e, principalmente, visibilidade a partir dos ambientes digitais: por estes meios, as mães de crianças com deficiências compartilham informações sobre suas rotinas e experiências, ao mesmo tempo em que buscam romper estereótipos, promovendo um movimento de mediação informacional que pode atingir outras tribos e fazer com que o tema ganhe mais notoriedade.

Nesse cenário, o imaginário social também se configura como um campo de disputa de narrativas, especialmente no que se refere às deficiências. As representações tradicionalmente associadas à deficiência — marcadas por estigmas, infantilização ou medicalização excessiva — passam a ser tensionadas por narrativas produzidas por mães e familiares que expõem experiências concretas de cuidado, afeto e luta por direitos. Ao compartilharem suas vivências nas redes sociais, essas mulheres não apenas constroem pertencimento, mas intervêm simbolicamente no imaginário social, disputando sentidos e desestabilizando visões normativas sobre o que significa viver com as deficiências.

Ao compreender o *Instagram* como uma tecnologia do imaginário, conforme proposto por Donini e Cunha (2014), torna-se possível observar como a visibilidade digital atua na reconfiguração do olhar social sobre a deficiência. A exposição cotidiana de rotinas, desafios e conquistas desloca a deficiência do campo da exceção para o da experiência vivida, aproximando o público de realidades frequentemente invisibilizadas. Nesse processo, a mediação informacional operada nas redes sociais não apenas amplia o alcance das narrativas, mas

contribui para a reorganização simbólica do imaginário social, produzindo novas formas de reconhecimento, empatia e compreensão coletiva.

Ao serem vistas, mesmo que somente virtualmente, estas mulheres desenvolvem um importante papel enquanto aliadas das pessoas com deficiências. Um aliado age “em prol de mudanças sociais positivas, que podem beneficiar grupos marginalizados por meio da participação ativa” (Myers; Lindburg; Nied, 2013, p. 71, *tradução nossa*). A conquista de novos aliados é essencial para gerar maior engajamento social à causa e, consequentemente, favorecer o processo de inclusão.

Considerando que cada tribo constitui uma “bolha”, o intuito do trabalho dos integrantes de cada grupo e de seus aliados é rompê-las, a fim de que as gotículas atinjam outros grupos e que o tema mobilize novas pessoas. Esse processo também pode ser entendido como uma mediação informacional particularmente desafiadora, pois implica fazer com que os interesses de uma tribo encontrem ressonância em outros grupos. Cabe destacar ainda que as tribos não são grupos isolados e que o mesmo indivíduo costuma fazer parte de mais de um grupamento, podendo inclusive promover mediação informacional entre estes espaços.

Ainda que as tribos digitais desempenhem um papel relevante na mediação informacional, na produção de pertencimento e na disputa simbólica do imaginário social, é importante reconhecer seus limites enquanto forma de apoio concreto no cotidiano das mães de pessoas com deficiências. O pertencimento construído nas redes não se converte, necessariamente, em suporte material, redistribuição do trabalho de cuidado ou acesso efetivo a políticas públicas, permanecendo muitas vezes circunscrito ao plano simbólico e afetivo. Nesse sentido, a centralidade assumida pelas redes sociais revela não apenas sua potência mediadora, mas também a fragilidade das estruturas institucionais de apoio, deslocando para o espaço digital demandas que deveriam ser atendidas por políticas de saúde, assistência social e cuidado. A mediação informacional, portanto, opera simultaneamente como estratégia de resistência e como sintoma das lacunas estruturais que mantêm a sobrecarga materna como um problema social pouco enfrentado fora do ambiente virtual.

Assim, as dinâmicas observadas nas redes sociais digitais revelam que as tribos formadas em torno da maternidade atípica não operam de maneira isolada, mas se articulam em um tecido simbólico mais amplo, no qual informação, afeto e visibilidade se entrelaçam. Inseridas em regimes de informação historicamente assimétricos, essas mulheres mobilizam processos de mediação informacional que extrapolam a troca intratribais e passam a tensionar imaginários sociais cristalizados sobre a deficiência. Ao circular entre bolhas, conquistar aliados e ampliar a visibilidade de experiências cotidianas, essas mediações contribuem para a reorganização simbólica do olhar social, abrindo fissuras em discursos normativos e favorecendo formas mais plurais de reconhecimento, compreensão e inclusão das pessoas com deficiências.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao acompanhar pela internet mulheres que vivenciam situações semelhantes, a percepção de pertencimento associada à noção de “tribo” tende a retirar o indivíduo da solidão, inserindo-o em uma atmosfera de partilha e reconhecimento mútuo (Silva, 2003). No contexto da maternidade atípica, esse pertencimento simbólico revela-se particularmente relevante, ao possibilitar a circulação de informações, experiências e afetos em torno das deficiências, historicamente marcadas por estigmas e invisibilização.

Entretanto, como discutido ao longo do trabalho, o pertencimento construído nas redes sociais digitais não se converte, necessariamente, em redes práticas de apoio no cotidiano das mães de pessoas com deficiências. As interações digitais favorecem a constituição de vínculos simbólicos e o compartilhamento de sentidos, mas operam dentro de limites concretos, especialmente quando confrontadas com a ausência de suporte institucional, a sobrecarga do cuidado e a escassez de políticas públicas efetivas. Esse descompasso evidencia que a

centralidade das redes sociais como espaços de mediação informacional também sinaliza lacunas estruturais que extrapolam o ambiente digital.

Do ponto de vista teórico, a articulação entre a perspectiva maffesoliana das tribos e conceitos centrais da Ciência da Informação — como mediação informacional, comportamento informacional, comunidades informacionais e regime de informação — permite ampliar a compreensão sobre o papel das redes sociais digitais na produção do imaginário social contemporâneo. As mães de pessoas com deficiências emergem, nesse cenário, como agentes de mediação que tensionam discursos hegemônicos, disputam narrativas sobre a deficiência e contribuem para a reconfiguração simbólica do olhar social, ainda que enfrentem limites materiais e institucionais significativos.

Por fim, o estudo indica a relevância de investigações futuras que aprofundem empiricamente a relação entre pertencimento digital, mediação informacional e condições concretas de cuidado, explorando como essas dinâmicas se articulam e/ou se desarticulam no cotidiano das mães fora do ambiente virtual. Ao fazê-lo, a Ciência da Informação pode contribuir de forma crítica para o debate sobre os alcances e limites das tecnologias digitais enquanto espaços de produção de sentido, pertencimento e reconhecimento social.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, M. A. Mediação cultural e da informação: considerações socioculturais e políticas em torno de um conceito. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 08., 2007. **Anais ...** Disponível em: <https://brapci.inf.br/v/178044> Acesso em: 01 set. 2025.
- ALMEIDA, M. A. Mediações da cultura e da informação: perspectivas sociais, políticas e epistemológicas. **Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação**, v. 1, n. 1, 2008. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/119328> Acesso em: 09 set. 2025.
- ALMEIDA JÚNIOR, O. F. de. Mediação da informação e múltiplas linguagens. **Pesq. bras. Ci. Inf.**, Brasília, v.2, n.1, p. 89-103, jan./dez. 2009. Disponível em: <https://revistas.ancib.org/tpbci/article/view/170/170> Acesso em: 03 set. 2025.
- ARRUDA, M. I. M.; OLIVEIRA, H. V. Um olhar sobre a evolução do conceito de mediação na Ciência da Informação. **RICI: R.Ibero-amer. Ci. Inf.**, ISSN 1983-5213, Brasília, v. 10, n. 1, p. 218-232, jan. /jul. 2017. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/RICI/article/view/2523/2250> Acesso em: 01 set. 2025.
- ASSIS, I. C. P.; PAULA, L. T. de. Mediação da Informação Digital: análise no contexto da Biblioteca Nacional do Brasil. **RDBCI**, Campinas, SP, v.22, e024012, 2024. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rdbci/a/3jrZtdgJKTrdWhyqLVrxxq/?format=pdf&lang=pt> Acesso em: 16 jan. 2026.
- BOSI, Maria Lúcia M. Pós-modernidade: elementos para uma compreensão - entrevista com Michel Maffesoli. **Interface**, Botucatu, 2024. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/icse/a/PN8P8xNyrysvtXrJsZLG4yn/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 07 jan. 2025.
- BRANDÃO, G.; BORGES, J. A mediação da informação: uma revisão conceitual. **Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação e Biblioteconomia**, [S. l.], v. 17, n. 1, p. 003–016, 2022. Disponível em: <https://pbcib.com/pbcib/article/view/61204>. Acesso em: 3 fev. 2026.

CAMBRIDGE DICTIONARY. **Ableism**. Disponível em: <https://dictionary.cambridge.org/dictionary/english-portuguese/ableism> Acesso em: 15 mai. 2025.

DAVALLON, J.; SOARES, J. F.; COSTA, N. M. da. A mediação: a comunicação em processo? **Prisma.com** (Portugual), v., n., 2007. Disponível em: <https://brapci.inf.br/v/61109> Acesso em: 09 set. 2025.

DERVIN, Brenda. From the mind's eye of the user: The sense-making qualitative-quantitative methodology. In Glazier, J. & Powell, R., editors, **Qualitative research in information management**, pages 61-84. Libraries Unlimited, Englewood, CO, 1992. Disponível em: <https://tefkos.comminfo.rutgers.edu/Courses/612/Articles/DervinMindseye.pdf> Acesso em: 25 nov. 2025.

DONINI, Marcela L.; CUNHA, Márgda R. da. O Instagram como tecnologia do imaginário. **REU**, Sorocaba, SP, v. 40, n. 1, p. 101-118, jun. 2014. Disponível em: <https://periodicos.uniso.br/reu/article/view/1975/1769> Acesso em: 07 jan. 2024.

FEITOSA, L. T. Complexas mediações: transdisciplinaridade e incertezas nas recepções informacionais. **Informação em pauta**, Fortaleza, v. 1, n. 1, jan./jun., 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufc.br/informacaoempauta/article/view/3064/2695> Acesso em: 07 set. 2025.

FRANÇA, Vera V. SIMÕES, Paula G. **Curso Básico de Teorias Da Comunicação**. 1. Ed. Belo Horizonte - Autêntica Editora, 2016. (Coleção Biblioteca Universitária).

GAMA, M. E. A. **Através do espectro redes de apoio social na vivência da maternidade atípica**. 2019. 59f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Comunicação com habilitação em Produção em Comunicação e Cultura) – Faculdade de Comunicação da Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/31100> Acesso em: 16 dez. 2025.

GODOI, S. C. de. O cuidado familiar de PcD e a sobrecarga feminina. In: ANPOCS - 47 Encontro Anual, Campinas, UNICAMP. 18-27 out., 2023. Disponível em: https://www.encontro2023.anpocs.org.br/trabalho/view?ID_TRABALHO=8905 Acesso em: 05 jan. 2026.

GOMES, D. C. A. Pós-modernidade. In: SILVA, J. M. **Dicionário Michel Maffesoli**. Porto Alegre: Sulina, 2024.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, M. N. Regime de Informação: construção de um conceito. **Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação e Biblioteconomia**, [S. l.], v. 8, n. 1, 2013. Disponível em: <https://www.pbcib.com/index.php/pbcib/article/view/17746>. Acesso em: 19 nov. 2025.

LAGE, S. R. M.; LUNARDELLI, R. S. A.; KAWAKAMI, T. T. O capacitismo e suas formas de opressão nas ações do dia a dia. **Encontros Bibli**, Florianópolis, v. 28, 2023: e93040 Universidade Federal de Santa Catarina. ISSN 1518-2924. DOI: 10.5007/1518-2924.2023.e93040. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/eb/a/HSy9D6BjLP6P9Gv3mtBvVyn/?lang=pt&format=pdf> Acesso em: 15 mai. 2025.

MAFFESOLI, M. A barbárie em face do humano: as tribos pós-modernas. **Revista FAMECOS**, Porto Alegre, v. 17, n. 1, p. 5-10, janeiro/abril, 2010a. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/revistafamecos/article/view/6870/4996> Acesso em: 07 jan. 2026.

MAFFESOLI, M. **A ordem das coisas**: Pensar a pós-modernidade. Rio de Janeiro: Forense, 2016.

MAFFESOLI, M. **Saturação**. São Paulo: Iluminuras: Itaú Cultural, 2010b.

MELO, V. de S.; SILVA, J. S. Direitos das mães autistas: um estudo sobre barreiras no acesso aos serviços de saúde "à luz do princípio da dignidade da pessoa humana". **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**. São Paulo, v. 11, n. 11, nov. 2025. Disponível em: <https://periodicorease.pro.br/rease/article/view/22043/13627> Acesso em: 18 jan. 2026.

MARTELETO, R. M. Epistemologia social e cultura digital: reflexões em torno das formas de escritas na web. Em *Questão*, Porto Alegre, v. 21, n. 3, p. 9-25, set/dez. 2015. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/EmQuestao/article/view/58683/36040> Acesso em: 01 set. 2025.

MARTINS, A. A. L.; MARTELETO, R. M. Mediações da informação: sentidos sócio-históricos. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 26, número 1, p. 174-196, mar. 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/pci/article/view/32870/26265> Acesso em: 01 set. 2025.

MELO, W. A. S.; VILLAFRANCA, B. A. A.; FRERES, S. C.; NEIVA, V. C.; REGGIANI, T. A. S.; ALENCAR, G. da C.; COSTA, F. Z. da; ARAÚJO, C. F. da S.; SOUZA, L. F. de. Desafios e Estratégias no Atendimento a Mães Atípicas no Sistema Único de Saúde (SUS): Uma Revisão Integrativa. **Brazilian Journal of Implantology and Health Sciences**, [S. l.], v. 7, n. 7, p. 1628–1640, 2025. DOI: 10.36557/2674-8169.2025v7n7p1628-1640. Disponível em: <https://bjih.emnuvens.com.br/bjih/article/view/6119>. Acesso em: 2 fev. 2026.

MYERS, K. A.; LINDBURG, J. J.; NIED, D. M. Allies for Inclusion: Disability and Equity in Higher Education. **ASHE High. Edu. Rept.**, v. 39, p. 1-132, 2013. Disponível em: <https://doi-org.ez27.periodicos.capes.gov.br/10.1002/aehe.20011> Acesso em: 16 mai. 2025.

MOKARIN, Gabriela. **Estigma e estresse na maternagem de pessoas com Transtorno do Espectro do Autismo**. 2023. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2023. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/66433/1/DISSERTA%c3%87AO%20UFMG.pdf> Acesso em: 07 jan. 2024.

PEREIRA, R. M.; LINS, E. S. Tribo. In: SILVA, Juremir M. da. et. al. (org.) **Dicionário Michel Maffesoli**. Porto Alegre: Sulina, 2024.

PERROTI, E.; PIERUCCINI, I. Infoeducação: saberes e fazeres da contemporaneidade. In: LARA, M.L.L; FUJINO, A.; NORONHA, D.P. **Informação e contemporaneidade**: perspectivas. Recife: Néctar, 2007. p. 47-96.

RAMOS-CARVALHO, Priscila; ALVES, Thiara dos Santos; GOUVEIA, Fábio Castro; RAMOS, Marcos Gonçalves. Regime de informação: Mapeamento do conceito na Brapci, Lisa e Scopus com IRaMuTeQ e produção no Lattes e grupos de pesquisa do CNPq. **Encontros Bibli**: revista

eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação, v. 26, Esp., e78715, p. 1-23, 2021. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/147/14775306006/html/> Acesso em: 23 nov. 2025.

RECUERO, R. **A rede da desinformação**: sistemas, estruturas e dinâmicas nas plataformas de mídias sociais. Porto Alegre: Sulina, 2024.

ROCHA, J. A. P.; DUARTE, A. B. S.; DE PAULA, C. P. A. Modelos de práticas informacionais. **Em Questão**, v. 23, n. 1, p. 36-61, 2017. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/emquestao/article/view/67014> Acesso em: 10 dez. 2025.

ROCHA; L. R. M.; OLIVEIRA, J. P. de. Análise textual pormenorizada da Lei Brasileira de Inclusão: perspectivas e avanços em relação aos direitos das pessoas com deficiência. **Práxis Educativa**, vol. 17, Ponta Grossa, 2022. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/scielo.php?pid=S1809-43092022000100114&script=sci_arttext Acesso em: 13 mai. 2025.

SANTOS NETO, J. A. dos; ALMEIDA JÚNIOR, O. F. de. A mediação da informação e o uso das redes sociais pelas bibliotecas universitárias estaduais do Paraná. *In*: SEMINÁRIO CIENTÍFICO ARQUIVOLOGIA E BIBLIOTECONOMIA, 4., 2015, Marília. **Anais...** Marília: Oficina Universitária, 2015. p. 1-10.

SANTOS NETO, J. A. do. **O Estado da Arte da Mediação da Informação**: uma análise histórica da constituição e desenvolvimento dos conceitos. Tese (Doutorado em Ciência da Informação - Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (UNESP), Marília, 2019. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/server/api/core/bitstreams/da2a9486-8ca0-4b42-8ce4-e77f46cfbcaa/content> Acesso em: 27 ago. 2025.

SAVOLAINEN, Reijo. Everyday life information seeking: Approaching information seeking in the context of "way of life". **Library & Information Science Research**, v. 17, n. 3, p. 259-294, 1995. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/0740818895900489> Acesso em: 23 nov. 2025.

SAYURI, J. Retrato de uma juventude. Entrevista com Michel Maffesoli. **O Estado de S. Paulo**, 17 mai. 2014. Disponível em: <https://ihu.unisinos.br/categorias/170-noticias-2014/531466-retrato-de-uma-juventude> Acesso em: 15 dez. 2025.

SCHLAGER, Mark; FUSCO, Judith; SCHANK, Patricia. Evolution of an Online Education Community of Practice. *In*: RENNINGER, K. A.; SHUMAR, W. **Building virtual communities**: Learning and change in cyberspace. NY: Cambridge University Press, p. 129-158, 2002.

SHERA, J. H. Toward a Theory of Librarianship and Information Science. **Ci. Inf.**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 2, p. 87-97, 1973. Disponível em: <https://revista.ibict.br/ciinf/article/view/30/30> Acesso em: 01 set. 2025.

SILVA, A. M. da. Mediações e mediadores em Ciência da Informação. **Prisma.com**, n.º 9, 2009. Disponível em: <https://ojs.letas.up.pt/index.php/prismacom/article/view/2057/3098> Acesso em: 01 set. 2025.

SILVA, J. M. da. Presenteísmo. *In*: SILVA, Juremir M. da. *et. al.* (org.) **Dicionário Michel Maffesoli**. Porto Alegre: Sulina, 2024.

SILVA, J. M. **Tecnologias do imaginário**. 2 ed. Porto Alegre: Sulina, 2003.

SILVA, E. M. da; BERNARDES, R.; CHICON, J. F.; OLIVEIRA, I. M. de; SÁ, M. da G. C. S. de. Ser mulher cuidadora de pessoas com deficiência à luz da categoria gênero: reflexões a partir de um projeto de ensino/pesquisa/extensão no campo da educação física. **Educación Física y Ciencia**, vol. 21, núm. 1, 2019. Disponível em:

<https://www.redalyc.org/journal/4399/439959077008/html/> Acesso em: 05 jan. 2026.

SILVA, T. A. "**Maternidade atípica e autismo**": trilhando caminhos de dor, pertencimento e ativismo nas mídias sociais. Dissertação (Mestrado em Antropologia). – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2022. Disponível em:

<https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/34696> Acesso em: 05 jan. 2026.

SILVA, N. F. N. da; LUCIANO, M. C. F.; CÔRTEZ, G. R. Mediação da informação por meio do Instagram: uma análise na ONG Centro das Mulheres do Cabo. **Conhecimento em Ação**, Rio de Janeiro, volume 09, 2024. Disponível em:

<https://revistas.ufrrj.br/index.php/rca/article/view/65974/41919> Acesso em: 16 jan. 2026.

SILVA, N. F. N. da.; LUCIANO, M. C. F.; CÔRTEZ, G. R. Mediação da Informação por meio do Instagram Rádio Mulher. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO – ENANCIB, 23; Aracaju, 06 a 10 de novembro de 2023. **Anais...** Disponível em: <https://enancib.ancib.org/index.php/enancib/xxiiienancib/paper/viewFile/1541/1418> Acesso em: 17 jan. 2026.

SIRIHAL DUARTE, A. B. Mediação, usos e usuários: reflexões e análise de caso. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 2011. **Anais [...]** XII Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Ciência da Informação, 2011.

Disponível em: <https://brapci.inf.br/v/179511> Acesso em: 10 set. 2025.

SOUZA, S. P. C. de. Maternidade atípica e a necessidade de dupla proteção pelos Direitos Humanos. **Boletim CEPGE**, v. 46, n. 6, 2022. Disponível em:

<https://revistas.pge.sp.gov.br/boletins/article/view/1417> Acesso em: 16 dez. 2025.

SOUZA, D. G. de. **As práticas informacionais de mães atípicas** : as informações manifestadas no perfil Somos Colo de Mãe. Dissertação (Mestrado em Ciências da Informação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2025. Disponível em:

<https://lume.ufrgs.br/handle/10183/294352> Acesso em: 16 dez. 2025.

VALE, M. de S.; LIMA, R. E. F. N. de.; ROCHA, V. de O.; FONSECA, I. da S.; SILVA, R. de O. P. da.; ROSSI, M. de F. A.; SANTOS, M. F. dos; SILVA, L. M. T. da. O cuidar solitário: desafios enfrentados por mães cuidadoras de crianças com deficiência e transtornos do neurodesenvolvimento. **Revista Foco: interdisciplinary studies**. v. 18, n. 6, p 01-22, 2025.

Disponível em: <https://ojs.focopublicacoes.com.br/foco/article/view/8897/6395> Acesso em: 05 jan. 2026.

VIANA, Cintia Teixeira de Sousa; BENICASA, Miria. Maternidade Atípica: Termo e conceito. **Revista Acadêmica Online**, [S. l.], v. 9, n. 46, 2023. Disponível em:

<https://revistaacademicaonline.com/index.php/rao/article/view/299>. Acesso em: 16 dez. 2025.

WILSON, T. D. Models in information behaviour research. **The Journal of Documentation**, v. 55, n. 3, jun. 1999. Disponível em:
https://www2.hawaii.edu/~donnab/lis610/TDWilson_Only_1999.pdf Acesso em: 23 nov. 2025.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES).